



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

MARIA MÁRCIA SIQUEIRA DO NASCIMENTO

**MULHERES NO PODER:
UM ESTUDO SOBRE A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NAS
SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE SUMÉ - PB**

**SUMÉ - PB
2020**

MARIA MÁRCIA SIQUEIRA DO NASCIMENTO

**MULHERES NO PODER:
UM ESTUDO SOBRE A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NAS
SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE SUMÉ - PB**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Ciências Sociais do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Ciências Sociais.

Orientadora: Professora Dr^a. Sheylla de Kássia Silva Galvão.

**SUMÉ - PB
2020**

N244m Nascimento, Maria Márcia Siqueira do.

Mulheres no poder: um estudo sobre a participação das mulheres nas secretarias do município de Sumé - PB . / Maria Márcia Siqueira do Nascimento. - 2020.

55 f.

Orientadora: Professora Dra. Sheylla de Kássia Silva Galvão.

Monografia - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso de Licenciatura em Ciências Sociais.

1. Mulheres no poder. 2. Mulheres e participação política. 3. Cargos ocupados por mulheres. 4. Secretarias municipais – Sumé – PB. 5. Mulheres caririzeiras em cargos públicos I. Título.

CDU: 32-055.2(043.1)

MARIA MÁRCIA SIQUEIRA DO NASCIMENTO

**MULHERES NO PODER:
UM ESTUDO SOBRE A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NAS
SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE SUMÉ - PB**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Ciências Sociais do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Ciências Sociais.

BANCA EXAMINADORA:

Sheylla de Kassia Silva Galvão

Professora Dr^a Sheylla de Kassia Silva Galvão
Orientadora – UACS/CH/UFCG

Júnia Marússia Trigueiro de Lima

Professora Dr^a. Júnia Marússia Trigueiro de Lima
Examinador I – UACIS/CDSA/UFCG

Kátia Carina Mesquita Cruz de Araújo

Professora M.e. Kátia Carina Mesquita da Cruz Araújo
Examinadora II

Trabalho aprovado em: 02 de março de 2020.

SUMÉ - PB

À minha família, em especial, as mulheres. A
minha mãe, e a minha filha. Dedico.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus, por acreditar que Ele seja o princípio da minha existência, por ter me dado força em todos os momentos da minha vida para suportar todas as dificuldades encontradas ao longo da minha trajetória até aqui.

Aos meus Pais, que forneceram a base dos meus princípios para viver na sociedade, pois mesmo eles não tendo a oportunidade de estudarem, fizeram de tudo para que a gente conseguisse estudar.

À minha mãe Marciana Siqueira do Nascimento que, mesmo não morando comigo, todos os dias ligava antes da aula para fazer suas recomendações.

Aos meus irmãos Maria Aparecida e Edvaldo, que foram parte fundamental para que eu pudesse estudar nas escolas primárias, pois cabiam a eles cuidarem de mim e levar-me à escola.

À minha filha Kawane Iasmin, que nunca deixou eu desistir diante das dificuldades encontradas, minha maior fonte de incentivo, pois ao pensar em desistir lembrava que ela me vê como exemplo que somos capazes de superar as adversidades da vida e ir em busca dos nossos objetivos.

Ao pai da minha filha, José Cláudio, por ter fornecido meios para que eu pudesse finalizar o curso.

À minha afilhada Maria Tatiane, por poder dividir os problemas durante a minha graduação com ela.

Aos meus colegas de curso, os “Mais Chegados” que hoje são meus amigos para além da universidade, Andreiton Kalby, Aumendes Silva, Fabiana Macedo, Felipe Cavalcante, Thaynar Albuquerque e Thalita Carvalho. Obrigado pela paciência comigo diante das minhas dificuldades, por dividir os momentos de aflição e alegrias, pelas boas risadas que demos juntos, por colaborar com troca de conhecimento, amigos que ultrapassam a barreira da distância, que levarei comigo em toda minha vida, parte significativa para que eu conseguisse permanecer no curso, sempre me dando apoio e incentivo.

À Sheylla de Kassia Silva Galvão, minha orientadora, que apesar das suas limitações, não desistiu do nosso trabalho. Sou grata por toda paciência e colaboração.

A todos que pertenceram a turma 2015.1 e que fizeram parte da minha formação.

A UFCG/CDSA, pela oportunidade de fazer um curso superior.

A todo corpo docente da UACIS, pelo apoio e a colaboração para minha formação.

A todos que de alguma forma seja direta ou indireta contribuíram para minha formação.

“Por maior dificuldade, jamais desanime. O seu pior momento na vida é sempre o instante de melhorar”
(Chico Xavier)

RESUMO

A participação política da mulher, no Brasil, especialmente em cargos do Legislativo e Executivo é pequena e acaba decorrendo em má representatividade política. Ocorre que uma vez constatada esta realidade nacional, este trabalho buscou identificar outras formas de inserção da mulher na política. Assim, este trabalho buscou desvendar como ocorre a participação da mulher na esfera administrativa do município de Sumé-PB, partindo do objetivo geral de: Analisar a participação política das mulheres nas secretarias do município de Sumé-PB. Para tanto foi realizada uma pesquisa do tipo descritiva com abordagem qualitativa, amparada no método de História Oral e realizada a partir de dados documentais e de aplicação de questionário com as atuais secretarias municipais. A dificuldade em realizar a pesquisa se deu em decorrência da não sistematização e acesso aos dados em questão. Contudo, a pesquisa revelou que mesmo sendo maioria populacional, quanto do eleitorado e até mesmo no quantitativo de funcionárias do município, não se observa equidade na ocupação das secretarias entre homens e mulheres. Também que as secretarias ocupadas por mulheres são aquelas tradicionalmente relacionadas ao feminino e a atuação da mulher no mercado de trabalho, o que reforça um padrão patriarcal presente na sociedade brasileira.

Palavras-chave: Participação Política da Mulher. Secretarias Municipais. Cariri Paraibano.

ABSTRACT

The political participation of women in Brazil, especially in legislative and executive positions, is small and this results in poor political representation. It turns out that once this national reality is verified, this work aimed to identify other forms of insert women in politics. Thus, this work sought to discover how the participation of women in the Sumé City PB administrative sphere occurs, based on the general objective of: Analyzing women's political participation in Sumé City PB secretariats. For this purpose, it was done a descriptive research with a qualitative approach, supported by the Oral History method and carried out through documentary data and a questionnaire applied with the current municipal departments. The difficulty in doing the research was due to the lack of systematization and hard access to the data in question. However, the survey revealed that even though women being the majority of the population, as much as the municipal electorate and even the number of public employees in the city, there is no equity in numbers between men and women in the occupation of the secretariats. Also, the secretariats occupied by women are those traditionally related to feminine figure and his role in the labor market, which reinforces a patriarchal pattern present in Brazilian society.

Key words: Woman's Political Participation. Municipal Secretariats. Paraiban Cariri.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídica

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LGBTQIAP – Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros

SECAD – Secretaria da Administração

SECET – Secretaria da Cultura, Esportes e Turismo

SEDAP – Secretaria do Desenvolvimento da Agropecuária e do Meio Ambiente

SEDAS – Secretaria da Assistência Social

SEDUC – Secretaria da Educação

SEFIN – Secretaria de Orçamento e Finanças

SESAU – Secretaria da Saúde

SESUR – Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

TRE – Tribunal Eleitoral da Paraíba

ONU – Organização das Nações Unidas

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Distribuição por sexo entre funcionários da Prefeitura de Sumé-PB	40
Gráfico 2	Distribuição por sexo em cargos de confiança no município de Sumé-PB	42

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Distribuição dos funcionários da prefeitura de Sumé-PB por sexo	41
Quadro 2	Dados socioeconômico das participantes	44

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Distribuição dos funcionários do município de Sumé-PB por sexo e tipo de contratação	39
Tabela 2	Distribuição por sexo dos cargos de provimento em comissão administração direta	42

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
1.1	OBJETIVOS.....	20
1.1.1	Objetivo geral.....	20
1.1.2	Objetivos específicos.....	20
2	REVISÃO DE LITERATURA.....	21
2.1	A BUSCA DAS MULHERES POR EFETIVAÇÃO DE DIREITO.....	21
2.2	DESIGUALDADE DE GÊNERO NOS ESPAÇOS POLÍTICOS E SOCIAIS.....	25
2.3	DIMENSÕES DA ADMINISTRAÇÃO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL.....	29
3	METODOLOGIA.....	34
3.1	TIPO DE ESTUDO.....	34
3.2	LOCAL DO ESTUDO.....	35
3.3	POPULAÇÃO E AMOSTRA.....	35
3.4	INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS.....	35
3.5	TRATAMENTO DOS DADOS.....	36
3.6	POSICIONAMENTO ÉTICO DA PESQUISA.....	37
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	38
4.1	ESTRUTURA DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE SUMÉ-PB.....	38
4.2	MULHERES SECRETÁRIAS.....	45
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51
	REFERÊNCIAS.....	54
	APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	56
	APÊNDICE B – Instrumento de Coleta de Dados.....	57

1 INTRODUÇÃO

O processo de construção da democracia no Brasil é marcado por uma sociedade que exclui as mulheres da participação e das decisões nas esferas políticas, seguindo o modelo patriarcal que exclui as minorias, como analfabetos, negros, mulheres e pessoas com baixo poder aquisitivo.

Historicamente, excluía-se as mulheres de qualquer tomada de decisão pois eram submissas ao pai e após o casamento ao marido. Mesmo em pleno século XXI, ainda se reproduz em nossa sociedade o patriarcalismo, a referência da importância da família na sociedade continua centrada no patriarca, ou seja, na representação da figura masculina. Assim, os reflexos dessa representação social se repetem quanto o assunto e mulheres e representação política. (SÉGUIN, 1999)

As mulheres sempre lutam para conquistar seu espaço na sociedade e, suas conquistas têm obtido grandes avanços ao longo dos anos. Uma das principais conquistas das mulheres no Brasil foi o direito ao voto e a participação nas decisões políticas, que ocorreu por volta do século XX, durante o governo de Getúlio Vargas¹.

O direito ao voto só foi possível através do Movimento Sufragista e mantido pelo Movimento Feminista, que teve início no século XIX. A partir deste momento se dava o primeiro passo para inserção das mulheres na política. (MARQUES, 2018).

Nos dias atuais os dados estatísticos da Justiça Eleitoral (TSE, 2019) demonstram que há uma enorme disparidade entre os sexos masculino e feminino quando se trata de ocupação de cargos político, mesmo sendo as mulheres 52% do eleitorado, somando 77.076.395 até fevereiro do ano 2019.

As eleições municipais que foram realizadas em 2016, os dados apresentados pelo Tribunal Eleitoral demonstra que apenas 31,89% dos brasileiros que se candidataram eram mulheres. De acordo com dados do TSE foram 2.148 concorrentes do sexo feminino contra 14.411 homens na disputa pelo cargo nas eleições de que ocorreram a disputas municipais, um número relativamente baixo a quantidade de votantes mulheres.

¹ O direito ao voto feminino foi conquistado no Brasil por meio do decreto 21.076 de 24 de fevereiro de 1932, embora já tivesse existido registro de voto feminino, mas ainda não regulamentado, como é o caso de Isabel de Matos Dillon em 1880 e de Celina Guimarães Viana em 1927. Em 8 de janeiro de 2015 foi sancionada pela primeira mulher a ser eleita no Brasil para o cargo de Presidente da República, Dilma Rousseff, a lei 13.086, que trata da data comemorativa a Conquista do Voto Feminino no Brasil.

Apesar das mulheres serem maioria do eleitorado brasileiro estes dados não se repetem quando se trata de ocupação de cargos políticos. Podemos comprovar essa baixa representatividade das mulheres na política se observamos os resultados das últimas eleições para presidente que ocorreram em outubro de 2018. Na ocasião foram eleitos 81 Senadores, sendo 13 mulheres e 513 Deputados Federais, dos quais 51 mulheres. Dos 27 Governadores eleitos apenas 01 mulher foi eleita.

Segundo os dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ², dentre as 77 milhões de eleitoras brasileiras, apenas 9.204 que representa um total de 32,61% concorreram a cargos eletivos nas Eleições Gerais em 2018³. Destas foram eleitas 290.

Mesmo com diversos incentivos que apoiam a candidatura das mulheres como a Lei nº 9.504 de 1997³, que aumentou a cota de candidaturas para mulheres em 30%. A norma obriga que as candidaturas aos cargos proporcionais – deputado federal, estadual ou distrital e vereador – sejam destinadas, por cada partido, à candidatura de mulheres.

O curioso que no texto da lei é que a lei estabelece no mínimo de 30% e o máximo de 70% a candidatura de cidadãos de cada sexo. No entanto, não estabelece que as candidaturas femininas devam ser de 30%, contrariando a prática recorrente no Brasil.

Art. 10.

§ 3º Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo. (LEI Nº 9.504/97)

Ao mesmo tempo que há avanços temos retrocessos quanto a efetivação da inclusão das mulheres na política, o TSE passou a analisar e jogar casos de candidatura laranjas que usavam nomes de mulheres para cumprir com as obrigações das cotas, investigando e caçando candidaturas, desta forma podemos considerar que as lei de cotas para as mulheres e um direito adquirido ao longo do processo histórico mais não fornece meios de garantias para que os mesmo seja cumprido, pois no âmbito da política a dominação ainda e masculina. (ARAÚJO, s.d.).

² Disponível em: < <http://www.tse.jus.br/legislacao/codigo-eleitoral/lei-das-eleicoes/lei-das-eleicoes-lei-nb0-9.504-de-30-de-setembro-de-1997>> Acesso em 10 de setembro de 2019.

³ Anteriormente a Lei n.9.504, de setembro de 1997, conhecida como Lei dos Partidos Políticos, que estabelece a cota de 30% para candidaturas femininas foi criada a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, que estabelecia esta cota em 20%. Posteriormente a Lei 9.504 foi criada a Lei nº 12.034/1999, estabelecendo outras regras para a eleição no Brasil.

Por outro lado, o atual presidente da república Jair Bolsonaro, no dia 20/05/2019, sancionou a lei ⁴que altera as regras dos partidos políticos. A lei isenta os partidos das sanções que eles sofreriam por não investir 5% do dinheiro do Fundo Partidário para promover a participação feminina na política. “A determinação incluía gastos com eventos e propagandas que estimulam a igualdade de gênero na política”. (COELHO, 2019).

Não diferente da realidade do nosso país, o estado da Paraíba demonstram através dos dados do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (TRE), com relação ao eleitorado; que dos 2.911.274 votantes, 1.536.597 são mulheres, ou seja, representam 53% do eleitorado, quando comparado com o número de deputados eleitos que foram no total de 37 sendo apenas 05 mulheres eleitas, deixando claro a pequena representatividade das mulheres Assembleia Legislativa.

Desta forma a participação das mulheres na política parece ser negada, pois a não consolidação da sua representação põem em questionamento o regime democrático brasileiro. A reconfiguração no cenário político com a equidade de gênero se faz necessária para que possa refletir diretamente na nossa sociedade, tendo em vista que a maioria da nossa população é composta por mulheres. Sendo assim, “o debate em torno deste tema tem ganhado cada vez mais espaço na produção científica das várias áreas do conhecimento em especial nas Ciências Sociais” (COSTA,2017, p. 09). Portanto, este contexto nos leva a uma reflexão sobre quais elementos levam as mulheres a serem minoria em relação aos homens em cargos políticos, apesar do seu direito a participação está garantido por lei.

Diante do exposto, aparece outro questionamento, se as mulheres não estão ocupando os cargos no Legislativos e no Executivo, onde estão estas mulheres? Que esfera da política elas ocupam? Assim, este trabalho pretende abordar as questões da representatividade política das mulheres nas secretarias municipais, especificamente na cidade de Sumé, já que os dados do Tribunal Regional Eleitoral das últimas eleições municipais demonstram que o número de votantes do município eram 12.667 e o número de mulheres corresponde a 6.613, ou seja, elas representam 52,21% do eleitorado.

Os dados apresentados acima não se efetivam quanto a sua representatividade política das mulheres no município, pois dos 11 vereadores eleitos apenas 01 é mulher, comprovando que os dados que foram apresentados sobre a baixa participação das mulheres na política em âmbito nacional, também se efetivam nesta cidade. O município de Sumé tem um fato em comum com a história política do nosso país, até o presente momento apenas uma mulher foi

⁴ Disponível em: < <https://www.conjur.com.br/2019-mai-20/publicada-lei-anistia-partidos-nao-cumprir-cota-feminina> > Acesso em 10 de setembro de 2019.

eleita como prefeita do município após 54 anos de emancipação política, assumindo seu mandato em 2005, mas logo foi interrompido, sofreu um processo de impeachment, sendo retirada do cargo de gestora do município.

Entretanto,⁵ desde a segunda legislatura do município de Sumé, que ocorreu no ano de 1955, as mulheres passaram a ocupar cargos ligados à Administração do município. Para tanto foi feito um recorte dos últimos 19 anos da história política para identificar quais secretarias foram ocupadas por mulheres, dentre esse período 14 mulheres ocuparam pasta no governo a partir do ano 2001, ocuparam as seguintes pastas nas secretarias, Administração, Ação Social, Cultura, Educação, Saúde.

Quando falamos em representação política não podemos restringir apenas aos espaços executivos e legislativo mais a participação nas áreas de gestão do governo. Entretanto a participação política desta forma abrange todas as esferas da administração pública, como por exemplo as secretarias.

A cada eleição o representante político escolhe quem vai atuar nas secretarias seja elas municipais estaduais ou federais, conseqüentemente quem irá colaborar com a execução do plano de governo. Nas últimas eleições para governador da Paraíba foi eleito o novo governador, João Azevedo que nomeou os representantes para as secretarias durante seu governo. Dentre as 19 secretarias diretas, ou seja, para os órgãos que estão ligados diretamente ao governo que não possuem Cadastro Nacional de Pessoas Jurídica (CNPJ). Dentre estas 19 secretarias 11 dos nomeados são homens e 08 mulheres.

Partindo da inquietação, especialmente, ao se verificar os dados, sobre a participação política da mulher em todas as esferas governamentais, elegemos o município de Sumé, localizado no Cariri Paraibano, como local de pesquisa para analisamos a participação das mulheres nas secretarias e, detalhadamente, quais pastas são ocupadas atualmente por mulheres, tendo como parte da amostra da pesquisa a participação das mulheres que hoje atuam como secretárias.

Ao consultar o portal da Prefeitura Municipal de Sumé, onde se encontra disponível os nomes das secretarias e os nomes dos secretários(as), podemos constatar que há 08 secretarias descritas pelo portal, e que apenas 02 delas são ocupadas por mulheres.

Portanto, este estudo se justifica pela a inquietação quanto mulher e residente deste município, tendo como principal ponto analisar as participações das mulheres nas Secretarias

⁵ Tais informações foram colhidas no setor administrativo da prefeitura, quanto aos dados sobre a participação das mulheres durante os últimos 19 anos foram repassadas em entrevista 45 por um vereador que exerce seu 5^o mandato, (Leônidas Albino Pedrosa).

Municipais. Assim, este trabalho pretende apontar se nas secretarias existente atualmente há uma equidade de coparticipação feminina/masculina, e quais secretarias estas mulheres ocupam atualmente. Uma vez que as mulheres que passam a ocupar cargos, seja no setor público ou privado, colaboram para que a desigualdade de gênero diminua em nossa sociedade contribuindo de forma direta para que outras mulheres possam buscar o empoderamento.

Desta forma, este trabalho pretende contribuir para uma reflexão sobre a representatividade das mulheres nas secretarias da cidade de Sumé, quantificar as mulheres que ocuparam pastas nas secretarias, contribuindo, assim, com dados sobre a representatividade política das mulheres enquanto secretarias, a partir da seguinte questão de pesquisa: Que posição na administração municipal é ocupada por mulheres?

Assim, esta monografia está estruturada em cinco seções onde abordaremos questões que contribuem para a compreensão do nosso objeto de pesquisa.

Na primeira seção apresentamos os motivos que nos fez abordar tal questão de pesquisa. Abordando um pouco da história das mulheres em nossa sociedade, como apresentação de dados estáticos sobre a participação das mulheres na política.

Na segunda seção apresentaremos a revisão de literatura, onde abordaremos os referenciais teóricos para dar embasamento científico a nossa pesquisa que aborda os seguintes, tais como feminismo, gênero patriarcado, e organização da gestão municipal, para buscar compreender a participação das mulheres nas esferas políticas.

Na terceira seção iremos serão abordados os recursos metodológicos, tais como tipo de estudo, população e amostra, local de estudo, instrumentos e coletas de dados, tratamentos dos dados, e posicionamento ético da pesquisa.

Na quarta seção iremos apresentar os resultados e discursões, que foram obtidos ao longo da nossa pesquisa, que demonstrar as estruturas das secretarias do município de Sumé, quais secretarias são ocupadas por mulheres, e as falas das secretarias que ocupam pasta atualmente.

Na quinta e última seção, apresentaremos as considerações finais, sobre o resultado da nossa pesquisa, e por fim as referências que foram utilizadas, e apêndice, que traz em anexo o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para realização das entrevistas com as secretarias municipais e o Roteiro de Entrevista aplicado.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo geral

Analisar a participação das mulheres nas secretarias do município de Sumé-PB.

1.1.2 Objetivos específicos

- Analisar representação das mulheres nas secretarias;
- Identificar para quais secretarias são nomeadas e sua relação com a condição de gênero;
- Quais pasta são ocupadas por mulheres atualmente;
- Apontar o tipo de relação de trabalho estabelecida pelas mulheres com o município de Sumé-PB.
- Apontar as dificuldades enfrentadas no desempenho de seu trabalho;

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 A BUSCA DA MULHER POR EFETIVAÇÃO DE DIREITO

As mulheres sempre estão em constante busca da efetivação dos seus direitos em todos os espaços públicos e privado. Assim, não podemos contar como se deu o processo de inclusão das mulheres nestes espaços sem recorrermos aos acontecimentos históricos, políticos e culturais.

Desta forma, um dos principais meios que levaram a inclusão e participação das mulheres nos espaços públicos foi o Movimento Feminista, que surgiu no final do século XIX e início do XX, como uma instituição para dar voz as mulheres na luta por direitos e igualdade. O movimento oriundo da revolução francesa e aprimorado no Movimento Sufragista inglês trazia como pauta questões políticas e sociais, como direitos a educação, ao trabalho e a participação política. O surgimento do movimento feminista brasileiro foi influenciado por pautas que já eram reivindicadas mundialmente. (PINTO, 2003).

Por volta do século XX, alguns jornais e revistas da época buscavam ampliar o debate em torno do papel das mulheres no Brasil, abordando assuntos que defendiam a emancipação das mulheres, tendo em vista que, com a expansão das indústrias, as mulheres cada vez ocupavam o mercado de trabalho ampliando sua participação nos espaços públicos e privados, Costa (2005, p05.), “ressalta que as mulheres brasileiras estavam incorporadas à produção social, representando parte significativa da força de trabalho empregada”, e com a sua inclusão nas indústrias reivindicavam direitos para melhoria das condições de trabalho, como higiene, saúde e melhores salários.

Pinto (2003) destaca que o Movimento Feminista no Brasil passou por três diferentes fases, a primeira liderado por Bertha Lutz, o chamado feminismo “bem-comportado” tendo em vista que não abordava temas sobre a repressão das mulheres, apenas a necessidade do sufrágio e dos direitos políticos. Lutz defendia, segundo Pinto (2003), que era necessário que a sociedade se desenvolvesse de forma igualitária e satisfatória, ou seja, centralizava sua luta na defesa dos direitos políticos das mulheres.

O segundo momento foi o chamado por Pinto o movimento “malcomportado”. O segundo diferente do primeiro reunia mulheres que lutavam por direitos, como educação, igualdade, sexualidade, o divórcio, a dominação masculina, o caráter das suas reivindicações era o objetivo social. O terceiro momento, chamado por Pinto (2003) “o menos comportado”

era composto por mulheres comunistas que buscavam combater a desigualdade de gênero e tinha como líder Maria Lacerda de Moura.

Com instauração da nova república foi elaborado o novo código eleitoral em 1932. No ano seguinte ocorreram as eleições e as mulheres puderam votar mesmo não sendo obrigatório. Após a promulgação da Constituição em 1934 foi decretada a obrigatoriedade do voto feminino.

Outro momento importante, como marco da história das mulheres no Brasil, foi o período ditadura militar, pois participaram de forma ativa demonstrando sua força, transgredindo os limites impostos pelo governo ditatorial, reivindicando direitos.

Pode se dizer que a entrada da mulher na política foi justamente no período da ditadura, onde a figura feminina ainda era considerada profissional do lar e estava lutando contra todo um regime imposto no país, indo contra sua função na sociedade, na tentativa de modificar o status que as cercavam. O engajamento da mulher na oposição da ditadura nada mais é do que o início da modificação e revisão da ordem de gênero que até então era consolidada. O movimento feminista no Brasil se organizava de tal forma a mostrar para a sociedade que ser mulher na comunidade brasileira é um acontecimento de impacto, não só na vida pública, mas como na privada também (PINTO, 2003, p. 380).

Conforme os fatos registrados, em plena ditadura militar as mulheres conseguiram demonstrando sua força, tendo em vista que passaram a ter apoio de classes populares por estarem passando por momentos de fome e miséria. O reforço aos movimentos de mulheres veio através do decreto da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1975, que se manifestou em defesa das mulheres e declarou,⁶ na primeira Conferência Mundial sobre a Mulher na Cidade do México, que passara a reconhecer o direito da mulher à integridade física, inclusive a autonomia de decisão sobre o próprio corpo e o direito à maternidade opcional.

O final dos anos 1970 e início dos anos 1980 foram marcados por transformações das condições sociais das mulheres, após a declaração da ONU, surgiram instituições e organizações não governamentais voltadas para mulheres, “como saldo positivo de todo esse processo social, político e cultural, deu-se uma significativa alteração da condição da mulher, a Constituição Federal de 1988 que extinguiu a tutela masculina na sociedade conjugal” (SARTI, 2004 *apud* COSTA, 2017, p. 16).

Os anos 1990 foram os anos de intensificação do chamado feminismo popular, a busca das mulheres das classes mais pobres por seus direitos se intensificou, através de organizações

⁶ Disponível em < <http://www.observatoriodegenero.gov.br/eixo/internacional/documentos-internacionais> > acesso em 07, março 2020

sindicais, associações de moradores, operários e trabalhadores rurais, e partidos políticos. (SARTI, 2004). Portanto, podemos observar que as lutas das mulheres dentro do contexto histórico, em busca dos seus direitos, conseguiram mudanças significativa em relação a condição da mulher na sociedade. Desta forma, as reivindicações e ações do movimento vem resistindo ao longo dos séculos.

O Movimento Feminista no século XXI aborda diversas vertentes, busca a efetivação de direitos para um determinado público que tiveram seus direitos negados ao longo da nossa história. De acordo com a 7ª pesquisadora Carolina Branco de Castro Ferreira, pesquisadora do tema na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) os temas mais evidência são: o feminismo negro, o feminismo interacional (pós moderno) e o feminismo radical.

Atualmente o Movimento Feminista tem enfrentado dificuldades no atual cenário político brasileiro, com a queda da presidente Dilma em 2016, através de um processo duvidoso de um impeachment. Ao assumir na Presidência da república, Michel Temer⁸ deixou claro, em um dos seus discursos sobre o papel da mulher na sociedade, em seu pronunciamento que: “o papel das mulheres na economia é serem astutas seguidoras do orçamento doméstico, capazes de notar as flutuações de preços”. Temer ressaltou também que as mulheres, "além de cuidar dos afazeres domésticos" e serem as responsáveis pela educação dos filhos, ganham "cada vez mais espaço" no mercado de trabalho.

As declarações do então presidente gerou protestos nas redes sociais pois em seu discurso expos seu pensamento machista, relegando as mulheres apenas os espaços doméstico, como esposas e mãe, suas atitudes machistas foram além do discurso se efetivam quanto a escolha da ocupação das pastas nos ministérios, pois ele não nomeou nenhuma mulher.

O mesmo comportamento excludente e machista tem sido seguido pelo presidente eleito, Jair Bolsonaro⁹, que já declarou que mulheres deveriam ganhar menores salários porque engravidam. Também não nomeou, a princípio, nenhuma mulher para seus ministérios. Depois de muitas críticas nomeou duas mulheres para as pastas da Agricultura e; da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

Tantos nos governos Temer quanto Bolsonaro prevalece o padrão das primeiras-damas enquanto mulheres donas de casa e sem representação política. São esposas bem mais jovens

⁷ Disponível em :< <http://www.ptj.org.br>> acesso em 08 de set, 2019.

⁸ Disponível em:< <https://brasil.elpais.com>> acesso em 08 de set,2019.

⁹ Disponível em:< <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/essencial/bolsonaro-diz-que-mulher-deve-ganhar-salario-menor-porque-engravidada/>>. Acesso em 08 de set/2019.

que os maridos e dependentes economicamente deles. O que reforça o padrão de submissão da mulher ao homem.

Há um visível retrocesso histórico atualmente no Brasil, tendo em vista que desde os anos de 1992,¹⁰ passaram a ser nomeadas mulheres para ocupar pastas nos governos. O número de participações das mulheres nos ministérios aumentou a partir de 2003 com a eleição do presidente Lula, que durante seu governo teve 11 mulheres nos ministérios. O período da história brasileira que teve mais mulheres ocupando o alto escalão do planalto foi o governo de Dilma, sendo composto por 18 ministras durante os cerca de cinco anos e meio do seu governo.

Durante todo o governo do Partido dos Trabalhadores (PT), que governou durante 13 anos e meio, as discussões se ampliaram em torno das questões de identidade de gênero e sexualidade, ocupação das mulheres em espaços públicos, “nesta conjuntura o debate feminista estava concentrando em uma discussão do feminismo acadêmico, sobretudo sobre os direitos reprodutivos e a vivência da transexualidade” (SILVA,2018, p. 36).

O atual presidente da república, Jair Bolsonaro¹¹, traz consigo a sua marca de discurso misógino contra grupos sociais como mulheres negros, gays entre outros. Em seus discursos carregados de preconceito perde o equilíbrio e expõem seus pensamentos retrógradas sobre ascensão de grupos sociais, “dentre suas várias declarações de punho machista e preconceituoso, ataca a Deputada Estadual Maria do Rosário com a seguinte forma “**ela não merece ser estuprada porque ela é muito ruim, porque ela é muito feia. Não faz meu gênero. Jamais a estupraria**”, (EBC, 2016).

Atualmente a condição da representação política fere os direitos das mulheres seja eles econômicos políticos e sociais, tanto com a reformas trabalhista e previdenciária, quanto com a retirada das pautas oficiais a questão de gênero, os direitos reprodutivos, como a legalização do aborto. O projeto de governo vai totalmente contrário ao das demandas feministas, durante sua vida política e na campanha para presidência. O atual presidente deixou claro seu ódio por qualquer tipo de manifestação em defesa dos direitos das mulheres.

¹⁰ Disponível em< <http://www.ebc.com.br/noticias/politica/2016/06/bolsonaro-foi-acusado-de-ofensa-em-dezembro-de-2014-relembre-o-caso>>. Acesso em 08 de setembro de 2019.

2.2 DESIGUALDADE DE GÊNERO NOS ESPAÇOS POLÍTICOS E SOCIAIS

O debate em torno das questões de gênero começou a ser pautado nas pesquisas desenvolvidas nas áreas das Ciências Sociais, a partir do Movimento Feminista, que busca analisar o conceito de gênero para compreender as relações sociais entre homens e mulheres, as posições que as mulheres ocupam na nossa sociedade. Estudos científicos, a exemplo de Scott (1990) definem o conceito de gênero como o sexo socialmente construído, servindo para diferenciar biologicamente e socialmente as pessoas, bem como a posição que cada sujeito ocupa na sociedade a partir de sua condição de gênero. Também existe a definição de gênero como sistema binário que se apropria das características biológicas para definir o que é ser homem ou o que é ser mulher. Ambas definições levam em conta a construção, histórico e política da sociedade. (...)o gênero é um elemento construtivo de relação sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primária de significados as relações de poder (SCOTT, 1990, p.21).

Neste sentido Scott (1990) busca explicações, dentro do contexto histórico, para argumentar sobre a legitimação da desigualdade de gênero nas estruturas sociais e nos espaços políticos, que vinculam as posições sociais às diferenças sexuais hierarquicamente estabelecidas entre mulheres e homens. Scott (1990, p. 35). chama à atenção para o sistema de significados, para articular as regras das relações sociais, “sem o sentido, não tem experiência; e sem processo de significação, não tem sentido”.

Sendo assim, as relações de poder construídas historicamente entre homens e mulheres são a base para as reproduções das desigualdades de gênero atualmente e nos processos de socialização dos indivíduos que ditam quais papéis que homens e mulheres irão exercer socialmente. Segundo Simone de Beauvoir (1949), “não se nasce mulher, tornou-se mulher” desta forma homens e mulheres são criações culturais que reproduzem comportamentos, estes aprendidos e reproduzidos naturalmente.

De acordo com Gouveia (2014, p. 24), “compreende-se que a desigualdade de gênero é promovida pela própria sociedade”, uma vez que observamos as posições sociais o gênero feminino sempre esteve em uma posição submissa ao masculino. Desta forma, a desigualdade de gênero não é algo natural e nem tão pouco justifica-se pelas particularidades biológicas de cada ser, mas por padrões de comportamento produzidos e reproduzidos socialmente.

Os padrões de desigualdades reproduzidos socialmente vão contra o que determina a constituição brasileira, que trata em seu artigo 5º, que todos os indivíduos são iguais perante a lei.

Art.5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I – homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

II – ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

III – ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;

Mesmo com a criação de uma lei que dita a igualdade para todos, há uma contradição quanto a sua efetivação desta igualdade, pois o patriarcado se mantém nas estruturas políticas da sociedade. E embora, esteja previsto em lei, a cultura e o comportamento dos brasileiros acabam por não efetivar este direito.

As mulheres vêm ocupando o lugar de inferioridade na nossa sociedade em todos os espaços, sociais e políticos, tais desigualdades de gênero estão ligadas diretamente com a reprodução social do patriarcado, que se reproduziu na modernidade como sistema de opressão, atualizando-se constantemente em todas as esferas da nossa sociedade, ultrapassando o seio familiar e atravessando as estruturas sociais ao longo da história. Desta forma:

O patriarcado é, por conseguinte, uma especificidade das relações de gênero, estabelecendo, a partir delas, um processo de dominação-subordinação. Este só pode, então, se configurar em uma relação social. Pressupõe-se, assim, a presença de pelo menos dois sujeitos: dominador (es) e dominado (s) (CUNHA, 2014, p.154).

O patriarcado se faz presente na história desde a Roma antiga, que o papel da família era centrado na figura masculina, onde o patriarca tinha todo poder sobre vassallos escravos filhos e mulher. O patriarcalismo no Brasil esteve sempre representado no meio rural com os grandes latifundiários, com as transformações sociais a família urbana esta última reproduz o patriarcalismo, que tem como a figura masculina o provedor do sustento.

Neste sentido, Saffioti (1969, p.173) destaca que as mulheres foram afastadas pelos homens de toda e qualquer transformação sociais, tentaram impedir que as mulheres extravasassem os limites da família. Desta forma, a reprodução deste sistema elenca a mulher como ser naturalmente capacitado para vida privada, a maternidade e o cuidado da família,

enquanto os homens seriam dotados naturalmente para ocupar espaços de comando em nossa sociedade.

Os estudos realizados pelo ¹²Fórum Econômico Mundial em 2017, apontam que a desigualdade de gênero no Brasil coloca o país na posição de 90ª no ranking, em comparação com um total de 144 países. O estudo também sinaliza para a questão da desigualdade no ambiente profissional e demonstrou, que as mulheres possuindo um nível educacional igual aos homens, e mesmo assim ganham menos.

O estudo fez uma análise de quais fatores são geradores da desigualdade de gênero na nossa sociedade. Um dos principais motivos apontado pelo o estudo seria a reprodução de normas sociais e culturais ao longo da nossa história, levando em conta como se educa menina e meninos desde a infância, “elas são ensinadas a serem cuidadosas, delicadas e gentis, eles são educados para serem fortes e audaciosos” (VERSAR, 2018, s.p.).

Portanto, tais elementos refletem-se na naturalização da divisão do trabalho entre homens e mulheres, categorizada a partir do sexo, em que as mulheres estariam ligadas a esfera privada e o homem a esfera pública. Neste sentido a supremacia masculina desencadeia em nossa sociedade a violência simbólica (Bourdieu, 2014), o autor chama a atenção para um determinado tipo de violência que ocorre sem coerção física, porém causa danos psicológicos e morais, que muitas das vezes se naturaliza pelas próprias vítimas, pois para ele:

A dominação masculina encontra, assim, reunidas todas as condições de seu pleno exercício. A primazia universalmente concedida aos homens se afirma na objetividade de estruturas sociais e de atividades produtivas e reprodutivas, baseadas em uma divisão sexual do trabalho de produção e de reprodução biológica e social, que confere aos homens a melhor parte (BOURDIEU, 2014, p. 45).

Por conseguinte, o efeito da dominação masculina se reproduz em nossa sociedade, e se tornam evidentes em múltiplas dimensões, em que emerge o pensamento de que determinados cargos e funções realizadas por mulheres são vocação do feminino e, que as mesmas se utilizam das características biológicas para delegar funções.

Se analisamos o atual contexto político sobre a escolha das mulheres que ocupam cargos nos ministérios, podemos perceber que os discursos machistas são reproduzidos nas falas masculinas, um exemplo é um vídeo que circula nas redes sociais em que o pronunciamento da Ministra da Mulher da Família e Direitos Humanos, Damare Alves, destaca “menino veste azul e meninas vestem rosa”.

¹² Fórum Econômico Mundial.

Diante disto observamos que em seu discurso que a ministra Damares reafirma o espaço político como o espaço de opressão de gênero. Desta maneira “a linguagem e a construção dos sentidos como um fenômeno social, automaticamente inseridas, dentro dos enunciados, campos de poder” (LEMES, 2017, p.23).

A afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais. A identidade e a diferença estão, pois, em estreita conexão com relações de poder. O poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder (SILVA, 2000 *apud* LEMES, 2017, p. 23).

Neste sentido, Miguel e Biroli (2015), defendem que, em decorrência da sua socialização histórica, as mulheres ao entrarem no meio político acabam reproduzindo algumas das práticas culturalmente apreendidas. Portanto, nem todas as mulheres que conseguem ocupar cargos políticos irão pleitear em defesa das mulheres em torno das pautas feministas, pelo contrário reafirmam através dos discursos.

(...) apesar do aumento do número de mulheres na política, a referida mudança não significou que os interesses feministas estivessem sendo representados. Portanto, para que as demandas feministas avancem não bastaria apenas que houvesse mulheres no poder, mas, sim, que se conseguisse romper com as barreiras patriarcais implantadas nas ações políticas e nas instituições (MIGUEL e BIROLI, 2015, p.188).

Para Arendt *apud* Silva (2015), destaca que o único meio de se alcançar a “dignidade humana e através das esferas públicas e ocupação de cargos políticos”, pois para ela a “política e o espaço da ação da palavra lugar da pluralidade (...) a esfera pública se constitui no lugar por excelência da manifestação da liberdade”. Diante disto, seria as mulheres ao ocuparem esses espaços, as responsáveis a ressignificar a políticos e impulsionarem as transformações nos espaços públicos.

Porém Kanan (2010), destaca que a participação das mulheres em cargos de liderança não garante as transformações nas estruturas sociais, porque em instituições de toda ordem, “na política, nas religiões, nas ciências, nos comportamentos sociais, nos hábitos, nos costumes, dentre outros, ainda se percebem conceitos e atitudes patriarcais que inferiorizam a condição da mulher”.

Portanto, não podemos diminuir a importância das mulheres na política, ao generalizar o comportamento das mulheres nestes espaços, pois sabemos que a equidade de gênero nos

espaços político é fundamental para o empoderamento feminino como um todo. Sendo assim a definição de empoderamento estaria ligada ao processo de desconstrução social em que as mulheres sempre sofram opressão.

O empoderamento das mulheres implica, para nós, na libertação das mulheres das amarras da opressão de gênero, da opressão patriarcal. Para as feministas latino-americanas, em especial, o objetivo maior do empoderamento das mulheres é questionar, desestabilizar e, por fim, acabar com o a ordem patriarcal que sustenta a opressão de gênero, (SARDENBERG, s.d., p. 02).

Neste sentido Cruz destaca (2018, p.107) “é preciso compreender que o processo de empoderamento das mulheres tem que desenvolver uma nova concepção de poder, que assume formas de democracia e poder compartilhado, favorecendo a construção de novos mecanismos de responsabilidade coletiva”.

Desta forma, o empoderamento feminino está diretamente ligada a iniciativas das mulheres em participarem da política de se organizarem socialmente em busca de seus direitos, se fortalecendo em busca de emancipação social.

Atualmente o empoderamento das mulheres ganha visibilidade por se destacar como de fundamental importância para o desenvolvimento da sociedade, sejam nos espaços políticos, culturais ou econômico.

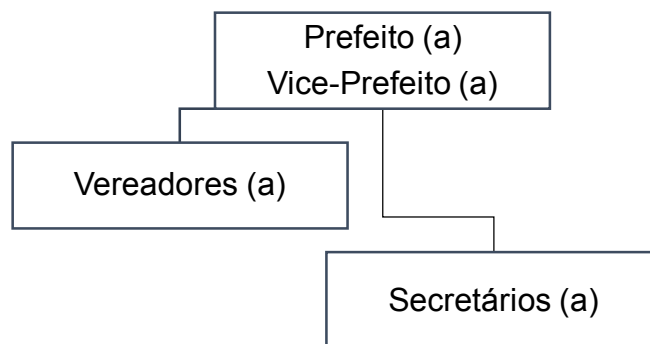
Sabemos que ainda há um longo caminho a ser trilhado para que possa haver uma igualdade de gênero. Porém, cada direito ou espaço conquistado por uma mulher é uma forma de incentivar tantos outros a se empoderarem.

2.3 DIMENSÕES DA ADMINISTRAÇÃO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

Cabe ao estado garantir, através da sua gestão e da prestação dos serviços públicos, os direitos fundamentais tais como saúde, educação, segurança. São dimensões atribuídas aos gestores municipais, após assumirem o cargo e nomear pessoas que colaborem com a administração do município e a efetivação de tais direitos. Entretanto, já há uma estrutura de organização governamental imposta que não pode ser alterada, já há uma base de funcionamento nos municípios, com prestadores de serviços contratos e efetivos. Contudo, cabe a nova gestão municipal nomear secretários, ou seja, pessoas da sua confiança para gerenciar as bases governamentais e darem continuidade a prestação dos serviços públicos, pois como determina a carta magna da constituição de 1988, o serviço público deve ser contínuo e igual a todos os usuários. (DALMOLIN, 2015, p.74).

Desta forma, a cada quatro anos se renova o mandato do gestor municipal e compete a ele manter a base da estrutura do governamental, que está demonstrada na Ilustração 1, representada em organograma.

Ilustração 1 - Organograma da organização hierárquica dos municípios.



Fonte: Maria Marcia s. Nascimento :Sumé 2019

A construção do organograma, neste trabalho, tem por objetivo facilitar a compreensão dos níveis de hierarquias da gestão municipal, uma vez que a estrutura de organização segue um padrão de organizacional.

Os municípios são regidos por leis federais dispostas no artigo 5^o da constituição. Entretanto, uma das responsabilidades do prefeito é nomear pessoas para ocupar pastas nas secretarias, estes cargos são denominados como cargos de confiança ou cargos comissionados, desta forma se denomina:

Cargo de confiança é o mesmo que cargo de provimento comissão. São cargos de livre escolha, nomeação e exoneração, de caráter não-permanente e destinados às funções de direção, chefia e assessoramento, podendo recair ou não em servidor efetivo. Com base na confiança da autoridade competente, uma pessoa é escolhida para exercer essas atribuições na administração pública (TABATCHEIK, 2017, p.67).

Cada município tem a autonomia para criar lei municipais, (ou seja, lei orgânica) como decretada no artigo 29 da Constituição Federal. Portanto, seguindo o princípio base da mesma, cada município elabora sua própria lei. O “poder Executivo Municipal é exercido pelo Prefeito, auxiliado pelos secretários Municipais, ou Diretores Equivalentes”. Assim, dentre as funções delegadas ao chefe do Poder Executivo está a nomeação pessoas para ocupar cargos públicos.

Para exercer o cargo de secretário(a) o nomeado (a) tem que estar dentro dos critérios exigido na constituição. Um dos principais critérios é ser brasileiro e maior de 21 anos, também

não pode ter pendências com a justiça eleitoral. Os critérios de escolha para assumirem cargos e funções não distinguem sexo. Apenas compete ao gestor municipal a escolhas dos mesmos.

A pessoa escolhida para ocupar o cargo de confiança pode ser servidor público, efetivos ou comissionado, ou seja, logo, “somente é servidor público aquele que possui o vínculo jurídico de direito público com uma pessoa jurídica de direito público, seja essa pessoa integrante da administração pública direta ou indireta” (TABATCHEIK,2017 p 73).

Entretanto, há diferenças entre o servidor público comissionado e o servidor efetivo. O primeiro não adere ao cargo por meio de concurso, não pode fazer plano de carreira no cargo exercido e por mais que permaneça por muito tempo na instituição pode ser desligado do órgão público a qualquer momento. Já o segundo pode ser nomeado para exercer um determinado cargo de confiança, porém distingue-se do primeiro pois para ter uma ligação efetiva com o setor precisa passar por um processo seletivo e ser aprovado em Concurso Público. Desta forma não pode ser desligado do órgão mesmo que mude a gestão. Entretanto, pode ser desligado do cargo de confiança que foi nomeado para exercer.

Desta forma, Tabatcheik (2017, p.77) destaca que a função de confiança não pode ser confundida com cargo de confiança, pois a função de confiança é reservada para servidores efetivos e cargo de confiança é a representação do cargo em si.

Sabendo-se que os estados e municípios seguem uma linha básica de organização fundamentados nos direitos constitucionais, podemos observar, desta forma, que entre as estruturas governamentais há sempre determinadas secretarias como, por exemplo, as Secretarias de Saúde, Secretarias de Educação, Administração e Assistência Social.

Estas Secretarias estão presentes em âmbito municipal e estadual, pois é dever do Estado garantir os Direitos Fundamentais preconizados na Constituição Federal. Assim, os direitos sociais, que são responsabilidade do Estado, necessitam de instâncias institucionais para serem promovidos e ofertados.

§ 1º O dever ¹³do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação.

Art. 205 ¹⁴define que “a Educação, direito de todos e dever do Estado e da Família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade,

¹³ Disponível <<https://conselho.saude.gov.br/legislacao/lei8080.htm>>em : acesso em 15, de out, 2019.

¹⁴Disponível em:< http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/superior/legisla_superior_const.pdf>acesso em 15, de out, 2019.

visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Art. 1º A ¹⁵assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

Desta forma os nomeados para ocupar cargos devem manter um conhecimento mínimo do setor que passará a ocupar após ser nomeado, para que possa garantir o desenvolvimento das atividades previstas por lei.

Todos os municípios para desenvolverem suas funções mantêm um determinado número de funcionários sejam eles, efetivos, comissionados, contratados por excepcional interesse público (contratados por tempo determinado), ou ocupantes de função de confiança como determina constituição:

¹⁶Para composição do quadro de pessoal da administração pública, a Constituição Federal prevê, todavia, exceções ao princípio do concurso público, quais sejam, (a) a nomeação para cargos em comissão, previsto no próprio artigo 37, inciso II, da Carta da República; (b) o ingresso dos estabilizados excepcionais pelo artigo 19 do ADCT[3], que trata de regra de transição para implantação da Constituição em 1988; e, por último, (c) a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, a ser disciplinada por lei do ente, conforme previsão do artigo 37, inciso IX, que é o objeto deste nosso ensaio. (JUS 2014, n. p).

O número de funcionários de cada prefeitura no Estado da Paraíba é determinado pela receita líquida municipal, como delimita a Lei de Responsabilidade Fiscal. É destinado o uso de 60% da receita para pagamento das despesas com pessoal, que são responsáveis pela efetivação das atividades públicas dos municípios.

O interesse deste trabalho em abordar o tema gestão municipal está em verificar a atuação das mulheres nos referidos cargos citados, pois competem as Secretarias desenvolver políticas públicas para que possam alcançar toda a população uma vez que a efetivação das mesmas visa efetivação de direito.

O Estado da Paraíba divulgou o Edital 01/2019, em Diário Oficial do dia 15 de agosto 2019, que lançou o Selo Prefeitura Parceira das Mulheres. Para participar da seleção, os

¹⁵ Disponível em<

https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/LoasAnotada.pdf >: acesso em 15 de out.2019.

¹⁶< <https://jus.com.br/>> acesso em 15de out, 2019

municípios têm que desenvolver projetos que estejam comprometidos com as mulheres, sua diversidade, identidade de gênero, deficiência e localidade. “As ações das gestões municipais devem integrar o contexto da universalidade das políticas públicas, na perspectiva da promoção de equidade de gênero e igualdade para as mulheres, garantidos pelos princípios dos direitos humanos”¹⁷ (GOVERNO DA PARAÍBA), para que os municípios possam desenvolver políticas públicas que incentive e dê apoio as mulheres no combate a violência e nas tomadas de decisões, sejam nos espaços econômicos políticos ou sociais.

Neste sentido Santos destaca:

Dentre outros, as políticas públicas visam atender diversas demandas, com a finalidade de promover o desenvolvimento e as ações afirmativas que propõem a igualdade de gênero, constitui-se como política pública, na tentativa de compensar a nossa herança histórica de discriminação a persistência na divisão social do trabalho que coloca a mulher sempre no espaço doméstico, (SANTOS 2017, p.25)

Existem Políticas Públicas que visam compensar a deficiência dos órgãos públicos em efetivar ações e diminuir, assim, a desigualdades entre os sujeitos. Assim, o Estado da Paraíba buscou uma forma de incentivar as prefeituras a desenvolverem projetos que tem como foco as mulheres, que sempre estiveram em lugar de opressão na nossa sociedade, visando o empoderamento feminino. Desta forma, se faz necessário transformar as estruturas organizacionais de forma prática, ir além do discurso, do planejamento político, construindo um novo cenário de igualdade de gênero, diminuindo o processo de segregação.

¹⁷ Disponível em:< <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-da-mulher-e-da-diversidade-humana/programas/selo-prefeitura-parceira-das-mulheres>>

3 METODOLOGIA

3.1 TIPO DE ESTUDO

Trata-se de uma pesquisa do tipo descritiva, de abordagem qualitativa, com utilização de técnica de questionário e amparada no método de História Oral como proposto por Bom Meihy e Holanda (2007).

A pesquisa descritiva de abordagem qualitativa busca compreender os fenômenos a partir dos dados obtidos durante a realização da pesquisa.

A pesquisa qualitativa é descritiva, pois se preocupa em descrever os fenômenos por meio dos significados que o ambiente manifesta. Assim, os resultados são expressos na forma de transcrição de entrevistas, em narrativas, declarações, fotografias, desenhos, documentos, diários pessoais, dentre outras formas de coleta de dados e informações (SILVA, 2015, p.55).

Inicialmente foi realizada uma Pesquisa Documental em infórmias oficial do município de Sumé-PB, especialmente o Portal da Transparência do Município.

O método escolhido para tratamento e análise dos dados foi o de História Oral, como proposto por Bom Meihy e Holanda (2007), permitindo apreender e coletar informações diretamente dos sujeitos envolvidos e que não estejam disponíveis facilmente, bem como permite organizar as falas dos pesquisados de forma a gerar um padrão comportamental ou situacional que possibilite ao pesquisador formular análises sobre o fenômeno estudado.

História Oral é um conjunto de procedimentos que se inicia com a elaboração de um projeto e que continua com o estabelecimento de um grupo de pessoas a serem entrevistadas. O projeto prevê: planejamento da condução das gravações com definição de locais, tempo de duração e demais fatores ambientais; transcrição e estabelecimento de textos; conferência do produto escrito; autorização para o uso; arquivamento e, sempre que possível, a publicação dos resultados que devem, em primeiro lugar, voltar ao grupo que gerou as entrevistas. (BOM MEIHY & HOLANDA, 2007, p. 15).

Este método permitiu trabalhar uma amostra pequena de pesquisados, haja vista que atualmente no município de Sumé-PB, só há duas secretárias municipais.

3.2 LOCAL DE ESTUDO

A pesquisa teve como cenário o município de Sumé, localizado no Cariri Ocidental Paraibano, tendo uma população 16.060 mil habitantes segundo dados do último censo realizado no município pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010)¹⁸. O critério de escolha deste município tem por objetivo a elaboração de um diagnóstico sobre a participação das mulheres nas secretarias.

3.3 POPULAÇÃO E AMOSTRA

A presente pesquisa foi realizada a partir de dados obtidos no portal da transparência do município de Sumé, e com as duas secretárias que ocupam pasta no atual governo. A amostras desta pesquisa tem como finalidade a construção de um diagnóstico sobre a participação das mulheres nas secretarias deste município.

3.4 INSTRUMENTOS DE COLETA OS DADOS

A coleta de dados se deu a partir de duas etapas, inicialmente a pesquisa teve como fonte de coletas de dados o Portal da Transparência da prefeitura municipal de Sumé, onde se encontra o detalhamento da folha de pagamento dos colaboradores deste município, uma vez consultado com o objetivo de identificar quais as secretarias existentes neste município e quais são ocupadas por mulheres na atual gestão.

A partir da identificação de quais pastas estas mulheres ocupam atualmente, após serem identificadas, foi elaborado um questionário com perguntas abertas que contém um total de 17 perguntas, sendo dividido em dois blocos, o primeiro contendo 07 perguntas que forma direcionadas para obter informações pessoais tais como, idade estado civil e formação profissional.

A segunda parte do questionário contém dez (10) perguntas que foram voltadas para a atuação das mulheres enquanto agentes políticos, como: há quanto tempo elas atuam nas secretarias como secretarias, como se deu a inserção delas nas secretarias, bem como em detectar se há interesse da parte delas em concorrer futuramente a cargos políticos.

¹⁸Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/sume/panorama> > Acesso em 08, de fevereiro de 20

A aplicação do questionário se deu nas instituições que elas atuam como secretarias, foi pessoalmente em contato direto com as pessoas entrevistadas deixando à vontade para tirar qualquer dúvida que surgisse durante a aplicação do questionário, as respostas foram dadas de forma escritas, o mesmo foi elaborado de forma semiestruturada, o questionário se encontra disponível em anexo no apêndice B. Vale ressaltar que as secretarias assinaram o Termo de Consentimento Livre Esclarecido, que se encontra no apêndice A deste trabalho.

3.5 TRATAMENTO DOS DADOS

A pesquisa realizada foi dividida em duas etapas de coleta de dados e descrição, uma vez que parte dos dados foi colhido no portal da prefeitura e parte através de questionários. Inicialmente, os dados que se encontram disponíveis no portal da prefeitura municipal de Sumé foram identificados e selecionados, divididos por secretarias e quais e a composição do quadro de funcionários de cada secretaria. Posteriormente a isto tabulei e quantifiquei os dados da folha de pagamento referente ao mês de setembro de 2019, uma vez que seria os dados mais recentes a ser disponibilizado no portal.

Os dados foram transcritos e classificados da seguinte forma: efetivos, contratados, contratados por excepcional interesse público, especificando quantos são homens e quantos são mulheres e em quais secretarias atuam.

Logo após a coleta destes dados foram realizadas as entrevistas com as secretarias que compõem pasta no atual governo. Inicialmente o contato foi realizado por telefone com a secretaria de Assistência Social que disponibilizou um horário na sua agenda para a aplicação do questionário semiestruturado. Após a coleta das informações fui até a secretaria de saúde para agendar um horário com a secretaria, no dia seguinte retornei e realizei a segunda coleta de dados.

Os questionários foram aplicados no período de 03/10/2019 a 15/10/2019. Após os dados colhidos foi realizada a transcrição das informações na íntegra, a fim de que não houvesse nenhuma alteração da resposta das entrevistadas. As secretárias estão identificadas por siglas para garantir o anonimato das mesmas, S (1) e S (2), as respostas foram divididas em duas seções, as informações da primeira seção serviram como base para tomamos conhecimento do perfil socioeconômico das participantes, como demonstrado no quadro 1.

A descrição dos dados da segunda seção está voltada para atuação política das secretárias onde responderam questões, tais como os desafios enfrentados por serem mulher e

atuar em um cargo de liderança, se já sofreram algum tipo de preconceito no ambiente de trabalho por ser mulher, se elas pretendem concorrer a algum cargo no executivo ou legislativo.

3.6 POSICIONAMENTO ÉTICO DA PESQUISA

Esta pesquisa seguiu o que preconiza a Resolução N° 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, pois as Ciências Sociais não dispõem de uma legislação específica a respeito dos procedimentos éticos a serem adotados quando em realização de pesquisa que envolva seres humanos. Cabe salientar que o Projeto de Pesquisa, elaborado previamente, serviu de norte para as questões éticas, já que traçou as etapas das pesquisas, as diretrizes para coleta de dados e o método adotado. A todo tempo da execução da pesquisa foram observados o que a legislação preconiza, especialmente no trato com a população pesquisada. Assim foi adotado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para garantir o anonimato das participantes da pesquisa, bem como assegurando a divulgação dos dados apenas em meios científicos, conforme constante do apêndice A.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste item serão apresentados os dados coletados na pesquisa. Nesta seção serão apresentados os dados documentais e os dados provenientes da aplicação dos questionários.

Sobre a coleta dos dados, cabe salientar, a dificuldade em obter estes dados, visto que a Prefeitura não dispõe de nenhum meio, instituição ou arquivo que permita acessar estes dados. Assim sendo, a pesquisa foi realizada nos portais da prefeitura, mas não diretamente sobre os dados obtidos. Por exemplo, para se obter o nome das secretarias que atualmente desempenham funções na prefeitura foi observada a folha de pagamento do município buscando por função desempenhada. E assim se seguiu com os demais dados documentais. Mesmo por meio de pedido oficial, realizado por meio de Ofício direcionado à Ouvidoria da Prefeitura, não foi possível ter acesso a estes dados de forma sistematizada.

Esta dificuldade reflete uma realidade presente em muitos municípios brasileiros, a da despreocupação com o armazenamento de informações, com a memória local e, conseqüentemente, com a história do município.

A mesma dificuldade é relatada em outros trabalhos acadêmicos realizados no âmbito do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido, da Universidade Federal de Campina Grande, especialmente nos estudos desenvolvidos por alunos do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais, a exemplo dos Trabalhos de Conclusão de Curso de Batista (2018) e Silva (2018).

4.1 ESTRUTURA DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE SUMÉ-PB

Os levantamentos das informações sobre a folha de pagamento da Prefeitura Municipal de Sumé, referente ao mês de setembro de 2019, se deu através do Portal da Transparência¹⁹, que disponibiliza no sistema as despesas dos municípios tais como a folha de pagamento dos funcionários.

Os dados abaixo referem-se ao quantitativo de funcionários do município. Estes dados foram classificados nas seguintes categorias: Funcionários Efetivos, Funcionários Contratados, Funcionários Contratados por excepcional interesse público, especificando-se quantos destes

¹⁹Disponível em: < <http://www.sume.pb.gov.br/transparencia/> > Acesso em 29 de setembro 2019.

são do sexo feminino e do sexo masculino. Cabe salientar que o município conta com 638 funcionários, atualmente, como mostra a Tabela 1, a seguir.

Tabela 1 - Distribuição dos funcionários do município de Sumé-PB
por sexo e tipo de contratação

Categoria	Homens	Mulheres	Total
Efetivos	171	235	406
Comissionados	55	69	124
Contratados por Excepcional Interesse Público	25	83	108
Total	251	387	638

Fonte: Dados da própria pesquisa²⁰.

Os dados apresentados na **Tabela 1** demonstram que há 387mulheres que são funcionárias no município de Sumé-PB, distribuídas nas seguintes condições de contratação: 235 efetivas, 124 comissionadas, 108 excepcional por interesse público. Com relação aos homens, são 251 homens no total, sendo 171 efetivos, 55 comissionados, 25 contratados por excepcional por interesse público. O total de funcionários descritos acima está distribuído dentre as oitos (08) secretarias que hoje existem no município e o pessoal do gabinete.

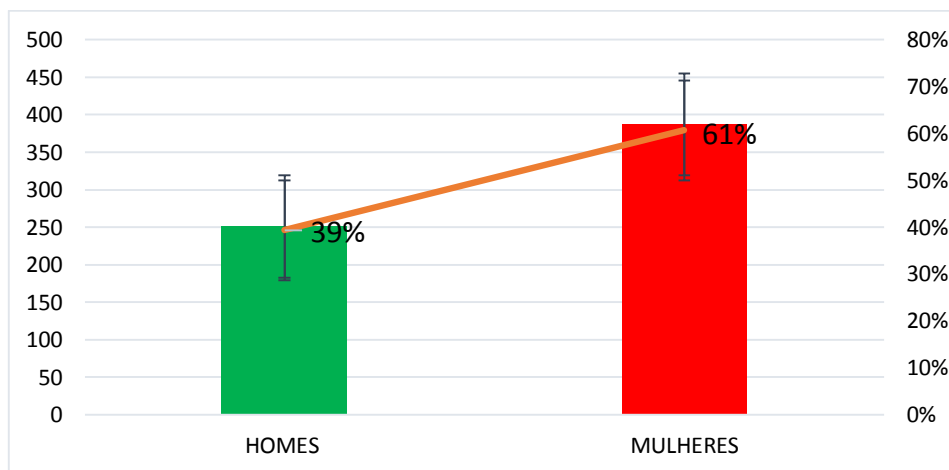
Os dados da Tabela 1 seguem o mesmo padrão observado em outros municípios do país, inclusive enfatizando uma característica da representação e da representatividade política da mulher no cenário político brasileiro. Neste caso, as mulheres são maioria em número de funcionários do município. No entanto, a ocupar cargo de chefia só são duas mulheres no município.

Assim, as mulheres são maioria da população, maioria do eleitorado, como já mencionado anteriormente, e também são maioria em número de funcionários da prefeitura. Cabe salientar que o fato destas mulheres estarem empregadas representa um importante fator de decisão nas políticas públicas e nos desdobramentos das políticas locais, haja vista que seus empregos movimentam a economia local.

²⁰ Os dados apresentados nesta seção do trabalho tiveram como fonte primária os dados presentes no Portal da Transparência do Município de Sumé-PB. Disponível em: <<http://www.sume.pb.gov.br/transparencia/>>No entanto, foram sistematizados, organizados e analisados desta forma neste trabalho.

Em termos percentuais apresentados o **Gráfico 1**, que nos permite melhor visualizar a disparidade entre homens e mulheres que trabalham para a prefeitura de Sumé-PB.

Gráfico 1 – Distribuição por sexo entre funcionários da Prefeitura de Sumé-PB



Fonte: Dados da própria pesquisa

Já constatamos, por meio dos dados coletados, que a maioria dos funcionários da prefeitura são mulheres. Entretanto, é importante destacarmos em quais secretarias estas mulheres atuam, o que nos permitirá ter uma melhor visão do fenômeno estudado.

Hoje, no município, existem as seguintes secretarias:

1. Secretaria da Administração (SECAD);
2. Secretaria da Cultura, Esportes e Turismo (SECET);
3. Secretaria do Desenvolvimento da Agropecuária e do Meio Ambiente (SEDAP);
4. Secretaria da Assistência Social (SEDAS);
5. Secretaria da Educação (SEDUC);
6. Secretaria de Orçamento e Finanças (SEFIN);
7. Secretaria da Saúde (SESAU);
8. Secretaria de Obras e Serviços Urbanos (SESUR).

Por meio do Quadro 1 iremos identificar quais as secretarias são ocupadas por funcionários de cada sexo. Não iremos utilizar nomes dos secretários, apenas a classificação por sexo. Assim, o **Quadro 1** foi elaborado para tomarmos conhecimento em que secretarias essas mulheres atuam sejam como secretarias ou funcionárias.

Quadro 1 - Distribuição dos funcionários da prefeitura de Sumé-PB por sexo.

				SECRETARIAS				
SEXO	SECAD	SEDAP	SEDAS	SEDUC	SEFIN	SESUR	SECET	SESAU
MULHERES	13	0	11	218	05	0	0	120
HOMES	12	11	25	88	08	49	02	63
Total	25	11	36	306	13	49	02	183

Fonte: Dados da própria pesquisa

A partir dos dados obtidos através desta pesquisa, como demonstrado no Quadro 1, podemos observar que a composição do quadro de funcionários da Prefeitura Municipal de Sumé é, majoritariamente, composta por mulheres. Os dados também revelam que algumas Secretarias são ocupadas apenas por homens, tanto na chefia quanto no quadro de funcionários. É o caso da Secretaria de Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; da Secretaria do Desenvolvimento da Agropecuária e do Meio Ambiente; e da Secretaria da Cultura, Esportes e Turismo.

Desta forma Abreu e Meirelles (2012), “ a predominância de homens em determinadas áreas e a presença minoritária de mulheres fazem com que diferenciações decorrentes do simples fato de a mulher ter um corpo – e, portanto, uma presença diferente” ou seja as mulheres por possuírem características físicas diferente dos homes não seriam escolhidas para ocupar estas secretarias pois o quadro de funcionários e composto por pessoas do sexo masculino.

Seguimos com a descrição dos dados sobre o quadro de funcionários. A partir de dados oficiais do município, especificamente da Secretaria de Administração (SECAD) é possível verificar como são ocupados os cargos da administração direta, ou seja, cargos de confiança.

A Tabela 2 nos permite identificar quantas mulheres exercem a função de chefia, direção e coordenação na Administração Direta. Para tal, usaremos o **F** para identificar o sexo feminino e o **M**, para o sexo masculino.

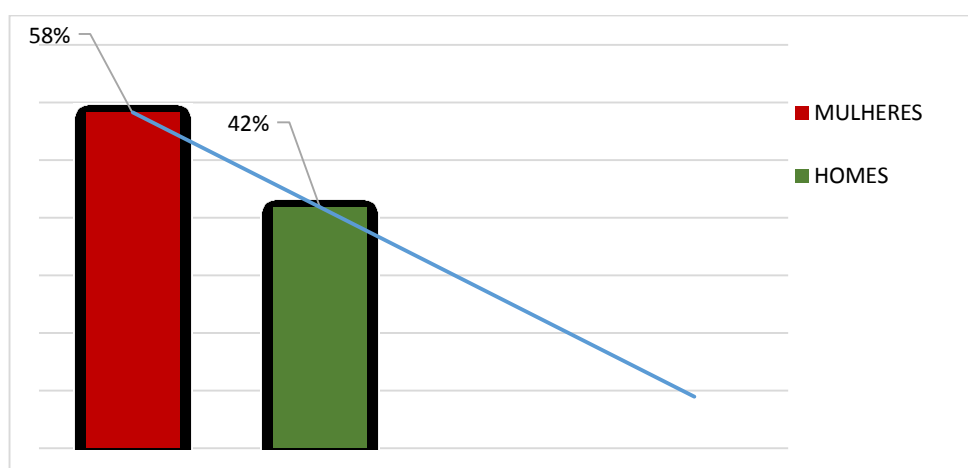
Tabela 2 - Distribuição por sexo dos cargos de provimento em comissão-administração direta

Categoria	Homens	Mulheres	Total
Direção	13	24	37
Coordenação	03	03	06
Chefia	41	46	87
Supervisão	0	01	01
Administração	03	08	11
Assessoria	03	03	06
Presidência	01	0	01
Total	64	85	149

Fonte: Dados da própria pesquisa

A partir dos dados, apresentados na Tabela 2, podemos observar que dos 149 comissionados distribuídos em sete cargos, as mulheres estão em maior número, não fazendo parte apenas de um dos cargos de confiança.

Os dados do **Gráfico 2** demonstram que as mulheres compõem 58% dos cargos dos cargos de confiança, e os homens 42 % dos cargos.

Gráfico 2 – Distribuição por sexo em cargos de confiança no município de Sumé-PB

Fonte: Dados da própria pesquisa

Mais uma vez os dados apontam para o fato de que ser a maioria numérica não corresponde a garantia de ocupar mais cargos na prefeitura. Maior representatividade não está sendo obtida com a maioria das ocupações dos cargos públicos no município.

4.2 MULHERES SECRETÁRIAS

Um dos fatores importantes neste trabalho é a colaboração das mulheres que hoje atuam como secretárias do município. Assim, os dados obtidos por meio da aplicação dos questionários colaboraram para uma melhor compreensão de como as atuais secretárias veem a questão da participação das mulheres na política local. Vale ressaltar que, hoje as mulheres que ocupam pasta no governo como secretárias atuam na área da Saúde e Assistência Social, áreas tradicionalmente ocupadas por mulheres.

Quanto as atividades exercidas por mulheres a ocuparem cargos nos espaços políticos Costa (2017) chama a atenção do porquê essas mulheres serem escolhidas para exercer determinadas funções.

Desse modo, é comum encontrarmos mulheres políticas advogando na área das “causas sociais”, aquelas que têm como foco a assistência e a proteção do outro, este geralmente fragilizado e impossibilitado de atender suas necessidades. É necessário notarmos que este tipo de “cuidado e proteção” remete aos papéis da mãe e da dona de casa sempre dispostas a se doar ao outro (COSTA, 2017, p.53).

Portanto, a escolha das mulheres para ocupar determinados cargos nas esferas políticas estaria ligado diretamente as atividades desenvolvidas nas esferas domésticas, na própria divisão sexual do trabalho e, por conseguinte, no modelo patriarcal presente em nossa sociedade.

Para participar das entrevistas elas assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que assegura o anonimato das mesmas e o uso dos dados. Desta forma, os dados serão apresentados em duas seções, uma vez que o questionário está dividido em duas partes. Na primeira seção serão apresentados os dados socioeconômicos das participantes. Seguindo o compromisso ético de manter o anonimato das pesquisadas, para identificarmos as secretárias utilizaremos os códigos **S1** e **S2**, para indicar as informações obtidas.

Quadro 2 - Dados socioeconômicos das participantes

	S1	S2
IDADE	44	44
ESTADO CIVIL	CASADA	DIVORCIADA
FILHOS	03	01
FORMAÇÃO ACADÊMICA	CONTADORA, PEDAGOGA	FARMACÊUTICA
JÁ TRABALHOU EM OUTRAS SECRETARIAS?	NÃO	NÃO
EM QUE SECRETARIA ATUAM	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	SECRETARIA DE SAÚDE
QUANTO TEMPO ATUA NA SECRETARIA	2 ANOS E 9 MESES	2 ANOS E 9 MESES
PROFISSÃO ANTES DE SER SECRETARIA	ASSISTENTE ADMINISTRATIVA DA PREFEITURA	ASSISTENTE FARMACÊUTICA NA PREFEITURA
QUANTAS PESSOAS MORAM NA SUA RESIDÊNCIA	03	03

Fonte: Dados da própria pesquisa

O **Quadro 2** aponta que uma das duas secretarias é casada e ambas têm filhos. Quanto o tempo que exerce a atual função, ambas têm o mesmo tempo de atuação, que é o mesmo tempo de gestão municipal quando da realização da coleta dos dados.

No que diz respeito a profissão, antes de serem secretárias ambas já possuíam um vínculo com a prefeitura. A primeira na área de administração e a segunda na área de farmácia.

No entanto, ambas ocupam pela primeira vez cargo de chefia como secretárias. O Quadro 3 também revela que ambas têm formação superior.

A segunda seção abordara as questões em torno da opinião das participantes quanto aos desafios enfrentados por serem mulher e atuar em um cargo de liderança e se já sofreram algum tipo de preconceito no ambiente de trabalho por ser mulher.

A seguir destacaremos as falas das secretárias e sua posição quando perguntadas se enfrentam desafios por ser mulher e atuarem em cargo de liderança? Se sim, quais?

“Sim os desafios são inúmeros. Sou agente pública, mãe de família, profissional ... porém as mulheres têm se destacado muito nos cargos políticos. (S 1)

“Sim por ser mãe, dona de casa e trabalhar vinte e quatro horas por dia” (S 2),

De acordo com as respostas, constatamos que ambas relatam que o maior desafio é exercer dupla jornada de trabalho como agente pública e mãe de família. Desta forma, observamos que o relato das secretárias quanto os desafios enfrentados por elas são os mesmos enfrentados por milhares de mulheres brasileiras como mostra, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua)²¹, realizada pelo IBGE em 2018, que demonstra que a dupla jornada de trabalho das mulheres é o principal impedimento para sua maior inserção no mercado de trabalho. Mesmo com o relato das dificuldades S1 faz questão de ressaltar que mesmo com as dificuldades as mulheres têm se destacado em carreiras políticas.

A seguir destacaremos o relato das secretarias sobre preconceitos no seu ambiente de trabalho. Quando perguntadas se já sofreu algum tipo de preconceito no ambiente de trabalho responderam:

“Não! Por ser mulher não. Mas por não ser formada na área sim”.
(S1);

“Não!” (S2).

²¹ Disponível em: < <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20234-mulher-estuda-mais-trabalha-mais-e-ganha-menos-do-que-o-homem> > : acesso em: 31 de out, 2019

Ambas relataram que não sofrem preconceito por serem mulheres e atuarem em cargo de liderança. No entanto, S1 relata os comentários preconceituosos nos eventos que participa na cidade, por não ser formada na área e ser a esposa do prefeito, sofre o preconceito do damismo, ou seja, sofre preconceito por ser a Primeira-Dama do município.

Mesmo tendo formação em outras áreas e já tendo prestado serviço na área de administração, ela relata que sua experiência não sobrepõe a condição de Primeira-Dama. Na história do Brasil, a prática do damismo é comum, tanto no âmbito dos municípios quanto na esfera federal. Tal posição ocupada por mulheres de lares políticos gerou polêmica com a nomeação da então esposa do ex presidente Michel Temer que nomeou sua esposa Macela Temer para ocupar a pasta da Assistência Social.

Tradicionalmente, no Brasil, as Primeiras-Damas da nação ocupam cargos na Assistência Social, desvirtuando-se tanto o papel da Primeira-Dama, quanto o da Assistência Social, uma das pastas mais importantes do Estado.

A Assistência Social é confundida com assistencialismo e assim, políticos inescrupulosos usam a máquina do Estado para alimentar o jogo político baseado no clientelismo. Desta forma, o que é um direito passa a ser uma benesse do gestor. E assim, também a função de Primeira-Dama se desvirtua dentro deste jogo político.

Desde o Governo Fernando Henrique Cardoso que essa prática estava abolida. O que representava um avanço nas relações do Estado e da sociedade, no uso da coisa pública e da máquina administrativa. Contudo, depois do processo de impeachment da então, presidente Dilma Rousseff esta prática retornou ao sistema político brasileiro, representando um retrocesso nas relações da Estado e nas conquistas femininas.

Na última parte do relato das secretárias trataremos da percepção das mesmas sobre a participação das mulheres na política, se elas pretendem concorrer a algum cargo no executivo ou legislativo. Descreveremos abaixo a falas das mulheres quando perguntadas se pretendem concorrer a cargos políticos.

“Não! Nuca tive pretensão de ser agente político, ocupar cargo como Legislativo ou Executivo, porque faço meu papel sem necessariamente ocupar cargo como vereador ou prefeito”. (S1)

“Não! No momento não, mas quem sabe futuramente. (S2)

Sabemos que as secretarias têm um papel de destaque no município por atuarem diretamente com o público, mas como podemos constatar em suas falas, no momento, não há interesse das mesmas em exercer um cargo no Executivo e Legislativo. A primeira deixou claro durante sua entrevista que para atuar nestes cargos é preciso abdicar de muitas questões pessoais e ter muito tato para lidar com as diversas situações. Porém, ressalta que pode exercer seu papel político na sociedade sem necessariamente exercer estes cargos.

Neste sentido uma das perguntas proposta no questionário se tratava da visão das secretárias sobre atuação das mulheres na política, a seguir está o relato dos pensamentos das mesmas sobre o tema.

“A atuação das mulheres é importante e forte. As mulheres precisam avançar mais, participar mais. Nós somos parte decisiva no processo político. Precisamos conquistar mais espaços. Avante! (S1);

“Pertinente e importante”. (S2)

Ambas concordam que a participação da mulher na política é importante para mudar as estruturas impostas pela sociedade. No entanto, elas não demonstraram interesse em suas falas em concorrer a cargos políticos. Mas não custa enfatizar que a atuação política não se dá apenas ao exercer cargos no Executivo e Legislativo. Sendo assim, quando exercem uma função de chefia nas esferas políticas estão colaborando com sua participação para mudar as estruturas impostas nestes espaços e transformar a realidade de outras mulheres.

Pesquisa realizada por Batista (2018), com lideranças femininas comunitárias, traz dados que demonstram o quanto o modelo patriarcal ainda se reproduz em nossa sociedade, não apenas pelo público masculino, pois quando perguntadas as mulheres líderes comunitárias sobre o interesse em concorrer a cargos políticos partidários, a resposta foi unânime. “O desinteresse das líderes comunitárias em concorrer a cargos políticos partidários, decorre de suas concepções de que este papel é fundamentalmente para ser desempenhado por homens” (BATISTA, 2018, p. 45).

Assim, constatamos que o conceito de política ainda não é claro para as mulheres, pelo menos para da referida pesquisa. Ou ainda que a mulher ainda deve permanecer nos bastidores da política, assessorando os homens, como o exemplo do Damismo.

Diante do exposto, especialmente dos dados apresentados, afirmamos que mesmo as mulheres tendo, aos poucos passado a ocupar seus espaços de liderança, sejam eles no Legislativo, Executivo, nas secretarias ou como líderes comunitárias, o espaço político ainda é visto como um lugar que exclui a mulher da sua participação, por ser um espaço que se construiu e se mantém centrado na figura masculina.

Isto posto que este é um dos principais entraves para a efetivação da representação e da representatividade feminina. Sem representação, as reivindicações das mulheres ficam silenciadas e, portanto, esquecidas.

Esperamos que este trabalho possa contribuir para um diagnóstico da situação política das mulheres no município de Sumé-PB.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mulheres estão conseguindo se inserir na vida política, mesmo que em número pequeno quando comparado ao número de homens a ocuparem espaços nas esferas institucionais. A disparidade política entre homens e mulheres fica evidenciada quando se busca dados sobre a participação políticas das mulheres, especialmente no comando no Poder Executivo e Legislativo.

Embora se constate a participação das mulheres nesses espaços elas se encontram em números bem pequenos, pois cabem a elas desconstruir toda uma imagem criada pela sociedade que política é um espaço reservado para ser ocupado por uma figura masculina.

O processo de construção deste trabalho buscou compreender a participação das mulheres enquanto gestoras das Secretarias Municipais e apontar quais cargos as mulheres ocupam quando funcionárias do município.

Os dados que foram obtidos através desta pesquisa vêm corroborar com pesquisas realizadas anteriores sobre a participação política das mulheres. Os dados coletados demonstram que a composição do quadro de funcionários da Prefeitura Municipal de Sumé é majoritariamente de mulheres. Especificamente as mesmas aparecem como maioria nos setores da Educação e Saúde e, chegam a ultrapassar o número de homens ocupando cargos na administração direta nos setores da prefeitura. No entanto, o mesmo não se observa quando se trata da ocupação de pastas ou de secretarias neste município.

Desta forma, podemos constatar que há sim a inserção das mulheres nestes espaços públicos, porém quando se trata de ocupação de cargos de secretárias, estas passam a fazer parte das estatísticas que demonstram que ainda há um número pequeno de mulheres ocupando estes espaços.

Também podemos observar que as suas funções, mesmo não estando ligadas a cargos políticos partidários, são de extrema relevância para o funcionalismo público municipal. As secretárias participantes desta pesquisa, em suas declarações não demonstram interesse no momento em concorrer a cargos políticos partidário. Ressalta-se que este é um dos mais importantes meios de inclusão das mulheres na política, especialmente no exercício de sua participação política.

Outra informação que não poderíamos deixar de destacar ao concluirmos este trabalho é que, ambas secretarias, já eram prestadoras de serviços do município.

Este trabalho tem como objetivo contribuir para a compreensão da participação das mulheres na administração pública, especialmente nas Secretarias do município de Sumé-PB,

por meio da construção de um banco de dados para realização de futuras pesquisas sobre o tema abordado em vista que a maior dificuldade encontrada para a realização desta pesquisa foi registros da participação das mulheres nas secretarias ao longo da história política do município. Além de servir como base para novas pesquisas voltadas para a participação das mulheres nos espaços de poder.

Este trabalho busca chamar atenção e colaborar para questões que são trabalhadas pelas Ciências Sociais, para compreensão, através de análise histórica, da participação política das mulheres, buscando apreender as causas das desigualdades de gênero e a reprodução do patriarcado nestes espaços.

Tais dados deste trabalho tendem a contribuir para discussões no Ensino de Sociologia uma vez que destaca e aborda questões como desigualdade de gênero, patriarcado e participação política das mulheres na nossa sociedade. Fornecendo dados que possam apontar para a necessidade da participação das mulheres nestes espaços para, assim, desmontar estruturas impostas pela sociedade.

Vale destacar que este trabalho uma vez que foi realizado no Cariri Paraibano busca dar visibilidade e colaborar para a compreensão de uma realidade regional da participação das mulheres na política, especificamente nas secretarias municipais, uma vez que as protagonistas deste trabalho são as mulheres que residem nesta região.

Desta forma, espera-se que este trabalho possa contribuir, dentro das ciências sociais, para que se compreenda a necessidade da participação das mulheres nos espaços políticos como um caminho para romper estruturas impostas pela sociedade.

Contribuindo assim para a discussão nos campos das Ciências Sociais, uma vez que temos nesta cidade um campus universitário que oferece o curso de licenciatura nesta área, uma das ciências que abordam as questões de desigualdade de gênero em todos os espaços. Os resultados obtidos podem assim colaborar como uma discussão de forma contextualizada e como tema de outras pesquisas, já que a temática da igualdade de gênero é interesse de toda sociedade, sobretudo no Ensino Médio, quando as questões de trabalho e de gênero são debatidas.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Clara. “**Por que as mulheres ainda concorrem pouco no Brasil?**” *In*: Disponível em: <http://docplayer.com.br/18928427-Por-que-as-mulheres-ainda-concorrem-pouco-no-brasil.html> Acesso em 24 de julho de 2019.

BATISTA, Patrícia Fabiana de Oliveira. **Protagonismo político feminino em lideranças comunitárias na cidade de Sumé-PB**. 2018. 54f. (Trabalho de Conclusão de Curso – Monografia), Curso de Licenciatura em Ciências Sociais, Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido, Universidade Federal de Campina Grande, Sumé – Paraíba – Brasil, 2018. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/4494>

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1949. Vol. 2.

BOM MEIHY, José Carlos Sebe. HOLANDA, Fabíola. **História Oral: Como Fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina – A condição feminina e a violência simbólica**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2014.

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de revisão nº1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nº1/92 a 87/2015 e pelo Decreto Legislativo nº186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2015. p.13

COELHO, Gabriela. “**Publicada lei que anistia partidos por não cumprir cota feminina**”. 20 de maio de 2019. *In*: Consultor Jurídico. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2019-mai-20/publicada-lei-anistia-partidos-nao-cumprir-cota-feminina>>. Acesso em 18 de setembro de 2019

COSTA, Ana Alice Alcântara. **O movimento feminista no Brasil: Dinâmicas de uma intervenção política**. Revista Labrys. Estudos Feministas/Études Féministes. Brasília, v. 7. 2005.

COSTA, Ana Paula Guedes do Nascimento. **Representação feminina nos espaços de poder: Relações de gênero no parlamento paraibano**. 99f. 207. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) -Universidade Federal de Campina Grande Centro de Humanidades, 2017. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/1234>

COELHO, Gabriel. Candidaturas Livres: **EL PAÍS, publicada lei que anistia partidos por não cumprir cota feminina**. São Paulo, março 2017. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2019-mai-20/publicada-lei-anistia-partidos-nao-cumprir-cota-feminina>>.2019. Acesso em 09 de março 2020

Conselho Nacional da Saúde. Disponível em :<<https://conselho.saude.gov.br/legislacao/lei8080.htm> >. Acesso em 15, de out, 2019.

CRUZ, Helena Santana. **Empoderamento das Mulheres**, Universidade Federal de Sergipe (UFS) 2018.

CUNHA, Bárbara Madruga da. **Violência contra a mulher, direito e patriarcado: perspectivas de combate à violência de gênero**. Artigo Classificado em 7º lugar na XVI Jornada de Iniciação Científica de Direito da UFPR 2014. Disponível em:<<http://www.direito.ufpr.br/portal/> >Acesso em: 18 de novembro 2019.

DALMOLIN, Diana. **Limites à contratação de servidores sem concurso público pelo poder municipal: princípios constitucionais e a regra de acesso aos cargos públicos**, Tribunal de contas do Estado de Rondônia, Revista gestão e controle 2015.

EBC. “Bolsonaro foi acusado por ofensas em dezembro de 2014; relembre o caso”. 21/06/2016. Disponível em:<<http://www.ebc.com.br/noticias/politica/2016/06/bolsonaro-foi-acusado-de-ofensa-em-dezembro-de-2014-relembre-o-caso>>. Acesso em 08 de setembro de 2019.

EQUIPE VERSAR. “Estudo aponta 3 maneiras de diminuir a desigualdade de gênero no trabalho”. 19 de outubro de 2018. *In*: Revista Versar. Disponível em:<<https://www.revistaversar.com.br/3-maneyras-de-diminuir-a-desigualdade-de-genero-no-trabalho/>. Acesso em 15 de outubro de 2019.

GOUVEIA, Andréa Carla. **A representação Feminina no Poder Legislativo Municipal no Cariri Paraibano**. 2014. 66 f. (Trabalho de Conclusão de Curso – Monografia), Curso de Licenciatura em Ciências Sociais, Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido, Universidade Federal de Campina Grande, Sumé – Paraíba – Brasil, 2014. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/5738>

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística 2010. Disponível em :<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/sume/panorama> : Acesso em 08, de fevereiro de 20

KANAN, Lilia Aparecida. Poder e Liderança de Mulheres Nas Organizações de Trabalho. **Organizações e sociedade**. Salvador, v 17.n. 53, p. 243-257- 2010.

LEMES, Pereira, Isabella Bruna. **As Identidades de Gênero e Sexualidade Na Visão Dos Parlamentares da Câmara Federal: Uma Análise do Discurso a Partir dos Projetos —Escola Sem Partido**. Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal de Goiás, Goiânia 2017.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes (org.) **O Voto Feminino no Brasil**. Brasília: Edições Câmara, 2018.

MARREIRO, Flávia. ELPAÍS, Temer reduz papel da mulher à casa e é alvo de protestos nas redes sociais: 09 de março de 2017. Disponível em:
<https://brasil.elpais.com/brasil/2017/03/08/politica/1489008097_657541.html>. Acesso em 09 de março de 2020.

MIGUEL, Luís Felipe. BIROLI, Flávia. **Feminismo e Política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2015.

OBSERVATÓRIO BRASIL DA IGUALDADE DE GÊNERO. Disponível em <www.observatoriodegenero.gov.br/eixo/internacional/documentos-internacionais>. acesso em 07, março 2020

ODCM, Revista Cresce, **Bolsonaro diz que mulher deve ganhar salário menor porque engravida**. 16 de abril de 2015. Disponível em :<
<https://www.diariodocentrodomundo.com.br/essencial/bolsonaro-diz-que-mulher-deve-ganhar-salario-menor-porque-engravida/>>: Acesso em 08 de set/2019.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMÉ, 2019. Disponível em:< www.sume.pb.gov.br/transparencia/>: Acesso em 29 de setembro 2019.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. São Paulo: Quatro Artes-INL, 1969.

SARDENBERG Cecília M. B. **Conceituando “Empoderamento” na Perspectiva Feminista**. 2012. Disponível em:< <https://repositorio.ufba.br/ri/>>, acesso em 09 de fevereiro 2020.

SARTI, Cynthia Andersen. “O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória”. In: Estudos Feministas, Florianópolis, 12(2): 264, maio-agosto/2004. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n2/23959.pdf>>. Acesso em 11 de agosto de 2019.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Texto original: Joan Scott – Gender: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history. New York, Columbia University Press. Tradução: Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. 1989.

SÉGUIN, Elida(org.). **O Direito da Mulher**. Rio de Janeiro: Lumem Jurin, 1999.

SILVA, Ariane Alves da. **“Elas por elas”: a representação feminina no legislativo dos Municípios de Sumé e Monteiro – PB**. 65 f. 2018. Monografia -Universidade Federal de Campina Grande- Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido, Sumé. 2018. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/4290>

SILVA, Mauro Sérgio da.1982 **Hannah Arendt e a Noção de Liberdade Como Sentido da Política no Mundo Contemporâneo/-2015**, 120 p. Universidade Federal de Uberlândia Programa de Pós-Graduação em Filosofia. III Título.

SILVA, Airton Marques da. **Metodologia da pesquisa. 2.ed.** Fortaleza: Editora da Universidade Estadual do Ceará – EdUECE, , 2015.

TABATCHEIK, Gabriel. **Cargos de Confiança na Administração Pública Federal**. Monografia de Conclusão do Curso de Direito (Faculdade de Direito, Setor de Ciências Jurídicas), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017. 146 f. 1 CD-ROM.

Tribunal Superior Eleitoral. Número de mulheres eleitas em 2018 cresce 52,6% em relação a 2014. 19 de março 2019. : isponível em < <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2019/Marco/numero-de-mulheres-eleitas-em-2018-cresce-52-6-em-relacao-a-2014>> : Acesso em 10 de setembro de 2019.

APÊNDICES

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Sr.(a)

Eu, Maria Marcia Siqueira do Nascimento, como aluna do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande/Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido – Campus- Sumé-PB, pretendo desenvolver uma pesquisa com as mulheres que trabalham nas secretarias da prefeitura de Sumé intitulada, A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DA CIDADE DE SUMÉ, sob orientação da Profª Dra. Sheylla de Kassia S. Galvão (pesquisadora responsável). Esta pesquisa se realizará por meio de entrevistas.

O motivo que nos leva a estudar o assunto é dado pela importância da participação política da mulher na sociedade, especialmente sua participação nas secretarias municipais da cidade de Sumé.

A relevância da pesquisa reside no fato da emergência do tema na atualidade e do protagonismo feminino na política e na administração pública no Brasil.

Informamos que será garantido o direito ao anonimato, assegurando sua privacidade. Você será livre para retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária, pois não acarretará qualquer dano nem custos para você. Esclarecemos que não será disponível nenhuma compensação financeira e que os dados contidos nesta investigação serão divulgados em eventos científicos da categoria e em periódicos.

Diante do exposto, reitero minha responsabilidade no referido estudo, através da assinatura abaixo:

Atenciosamente,

Sheylla de Kassia S. Galvão
Fone: (83) 3353.1850

Consentimento do voluntário.

Declaro que fui devidamente esclarecido (a) e admito que revisei totalmente e entendi o conteúdo deste termo de consentimento.

Eu, _____, aceito participar desta pesquisa desde que assegurado o anonimato. De minha parte o faço de livre e espontânea vontade, não tendo sido forçado ou coagido para tal, e ciente de que os dados serão usados pela responsável pela pesquisa com propósitos científicos.

Sumé, __/__/____

Assinatura do Participante

Endereço da pesquisadora responsável (trabalho): Sheylla de Kassia S. Galvão
Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido – CDSA/UFCA Rua Luiz Grande, S/N - Sumé-
PB - CEP 58540-000 - Telefone: (83) 3353.1850
e-mail: skgalvao@gmail.com

Endereço da pesquisadora responsável (trabalho): Maria Marcia Siqueira do Nascimento
Telefone para contato: (83) 9 98251429
e-mail: Maria Marcia Siqueira do Nascimento

APÊNDICE B – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS (Questionário)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE CENTRO DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIARIDO UNIDADE ACADÊMICA DE
CIÊNCIAS SOCIAIS CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS

A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NAS SECRETARIAS: NA CIDADE DE SUMÉ.

ROTEIRO DE ENTREVISTA

PARTE 1- Dados socioeconômicos

1. Nome
2. Idade
3. Formação, (se tem qual?).
4. Estado civil;
5. Tem filhos?
6. Se tem quantos?
7. Quantas pessoas moram na sua residência?

PARTE 2- Questionário

1. Nome da secretaria que trabalha.
2. Quanto tempo você trabalha nesta secretaria?
3. Qual era sua profissão antes de ser secretaria?
4. Já trabalhou em outras secretarias? Se sim quais?
5. Você enfrenta desafios por ser mulher e atuar em um cargo de liderança? Se sim, quais?
6. Já sofreu algum tipo de preconceito no ambiente de trabalho por ser mulher? Se sim, qual(is)?
7. Futuramente você deseja concorrer a cargo no legislativo ou executivo? Por quê?
8. Como você vê a atuação das mulheres na política?
9. Gostaria de acrescentar algo que não foi perguntado?
10. Teria alguma sugestão a este trabalho?